

DIVERSIDADE, INSCLUSÃO E CIDADANIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Kaloerba Resende Johann¹, Maria Luzia da Silva Santana², Reinã Almeida Ourives².

¹Acadêmica do Curso de Pedagogia - UNIFIMES

²Professores do Curso de Pedagogia - UNIFIMES

RESUMO

Esse texto tem como objetivo problematizar sobre o processo de inclusão na Educação Superior e as suas possíveis implicações na prática docente. O docente no contexto de educação atual, principalmente o do ensino universitário deve dispor de ferramentas e habilidades para atender as demandas dos estudantes portadores de necessidades. Mesmo com os avanços legais referentes à inclusão e a permanência da diversidade nos contextos educativos percebe-se muitos atalhos e atravessamentos que impossibilitam a inclusão real e efetiva.

PALAVRAS-CHAVE: Contexto Universitário. Deficiência. Docente. Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história percebe-se que a educação sofreu várias transformações, ainda em processo nos dias atuais. Na atualidade a Constituição Federal coloca o Ensino Básico gratuito como um direito de todos, incluindo as pessoas que possuem necessidades especiais, isso pressupõe que as instituições de ensino acolham com qualidade as pessoas com quaisquer tipos de deficiências. Esse aspecto tem implicações na prática docente, requer desses profissionais uma consciência crítica para com o seu papel numa escola inclusiva e que prima pela cidadania. O professor da atualidade, principalmente o da educação superior, não deve restringir sua formação, apenas no saber científico, mas, sobretudo, deve estar preparado para as demandas do cotidiano das escolas reais e inclusivas. Esse texto tem como objetivo problematizar sobre o processo de inclusão na Educação Superior e as suas possíveis implicações na prática docente.

MÉTODO

Esses apontamentos iniciais foram sistematizados a partir dos artigos indicados nas referências bibliográficas. Os procedimentos usados para construí-los foram:

- i. Leitura e discussão inicial dos textos.
- ii. Fichamento contendo as ideias principais e as secundárias dos autores.
- iii. Sistematização desse resumo síntese.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A função social da Universidade implica em construir conhecimento que possibilite a promoção e o desenvolvimento da cultura, da ciência, da tecnologia e do próprio homem enquanto ser social (CASTANHO; FREITAS, 2006). “A Universidade é essencial para a criação, transferência e

aplicação de conhecimentos e para a formação e capacitação do indivíduo, como também para o avanço da educação em todas as suas formas” (CASTANHO; FREITAS, 2006, p. 94).

Espera-se que os espaços de educação superior sejam marcados pela construção, interação social, avanço no exercício da cidadania, nas trocas e construção do saber. No entanto, com todos os avanços legais referentes à inclusão e a permanência da diversidade nesses espaços percebe-se muitos atalhos e atravessamentos que impossibilitam a inclusão real e efetiva. Diante dos entraves impostos nesses espaços, percebe-se que a democracia e cidadania que dão sustentação a inclusão estão sendo postas em planos secundários.

Assim, encontram-se empecilhos para acessibilidade, fator que desestimulam o ingresso de estudantes com necessidades especiais no ensino superior. Aspecto que vai de encontro ao processo de inclusão, uma vez que;

A educação inclusiva é anunciada como a forma mais recomendável de atendimento educacional para os alunos que apresentam deficiência(s), altas habilidades e condutas típicas de síndromes. É identificada, hoje, como o caminho eficiente para a construção da cidadania e da participação social em consonância com a perspectiva da educação para todos e com todos. Inserir os alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino constitui o primeiro passo para a jornada da inclusão - o passo mais indutor -, devendo ser seguido de medidas pedagógicas que garantam o acesso à aprendizagem e ao conhecimento proposto na vivência escolar. Traduzido na prática, é preciso acionar os meios que efetivamente possibilitem a permanência do aluno na escola, favorecendo-lhe o acesso ao currículo (CARVALHO, 1999, p.51).

Nesse sentido, Muller e Glat (1999) *apud* Castanho e Freitas (2006) demonstram que a educação inclusiva só será efetiva se o sistema educacional passar por um processo de renovação, modernização, abrangendo ações pedagógicas. Inclusive, esse processo de inclusão é desafiador e os docentes na universidade devem fazer parte dessa mudança.

É garantido aos estudantes universitários portadores de necessidades especiais o acesso ao ensino de boa qualidade, mas para isso se efetivar é preciso que as universidades, incluindo aqui todos os funcionários, principalmente, o corpo docente se capacitem para atender as demandas desse público. Essa atuação profissional exige uma prática pedagógica humanitária, voltada para cidadania e libertação, quanto a isso Freire (1996, p.76) *apud* Castanho e Freitas (2006) lembra que;

“O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências, o educador não pode abrir mão do exercício da autonomia, pedagogia centrada na ética, respeito à dignidade aos educandos”.

O papel do docente na educação superior requer uma postura ativa, dialética, política e ética, que prime e tenha o compromisso permanente com a vida e autonomia dos acadêmicos (CASTANHO; FREITAS, 2006, p. 94). Nesse sentido, pensando o educador no contexto da inclusão e ampliando as ideias de Goffredo (1999) para o contexto de ensino superior, os espaços educativos deverão ser estruturados para atender as situações que fujam ao cotidiano, tendo em vista que;

“A não-garantia de acesso e permanência de todos na escola é a forma mais perversa e irremediável de exclusão escolar e, conseqüentemente, de exclusão social, pois nega o direito elementar de cidadania. Para um projeto educativo baseado nos princípios de integração/inclusão, devemos pensar numa renovação pedagógica, que considere as diferenças” (Goffredo, 1999, p.49).

Diante dos desafios que perpassam a inclusão no ensino superior, é necessário e urgente que essa problemática seja abordada nos espaços ditos acadêmicos e responsáveis pela formação cidadã. Aponta-se como relevante, mais investimentos humanos e financeiros com o intuito de colocar em prática o processo de inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de grande importância que o Estado, as universidades e os professores estejam envolvidos e comprometidos com os estudantes que tem necessidades especiais, pois as pessoas nessa condição são, acima de tudo, seres humanos que buscam o seu desenvolvimento, inclusive, poderão contribuir com a construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTANHO, D. M.; FREITAS, S. N. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 27, 2006, p. 93-99.

GOFFREDO, V. L. F.S. A escola como espaço inclusivo. In: BRASIL. Salto para o Futuro: Educação Especial: tendências atuais / Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

CARVALHO, E. N. S.. Adaptações curriculares: uma necessidade. Salto para o Futuro: Educação Especial: tendências atuais / Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.